



**Assembleia de Freguesia da União de Freguesia de N^a S^a da
Tourega e N^a S^a de Guadalupe
Concelho de Évora**

2018

ATA Nº6/ 2018 – 13-12-2018

**ATA DA 6^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE
FREGUESIAS DE N^a S^a DA TOUREGA E N^a S^a DE GUADALUPE**

6^a SESSÃO ORDINÁRIA

Ao décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas, no Edifício do Centro de Dia de Brás do Regedouro, em conformidade com o preceituado no artigo 9º da Lei 169/99 de 16 de Setembro, publicada na Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, reuniu a Assembleia da União de Freguesias de N^a S^a da Tourega e N^a S^a de Guadalupe.

Abrindo a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, António Carlos Silva cumprimentou todos os presentes na sessão, registando as seguintes presenças: pela Assembleia de Freguesia, além dele próprio, a Sra. Liliana Gadunhas, o sr. Nelson Bailote e o sr. José Carlos Flamino. Pelo executivo estavam presentes, o sr. Joaquim Pimpão e a sra Isolinda Bailote. Não compareceram mas justificaram as respetivas faltas, os seguintes membros da Assembleia: o sr. Vasco Casbarra, a sra. Cláudia Vinagre e a sra. Julieta Vinhas. Estavam presentes no público treze pessoas.

Estando assegurado o respectivo “quórum”, a sessão iniciou-se com a leitura da ata da reunião anterior pela secretária da Assembleia de Freguesia, Sra. Liliana Gadunhas.

De seguida, o Presidente da Assembleia, António Carlos Silva perguntou aos membros presentes, se tinham alguma questão a colocar

relativamente à ata lida. Não havendo dúvidas ou questões, a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Como habitualmente, o Presidente da Assembleia, antes do início do tratamento dos assuntos previstos na Ordem de Trabalhos, explicou a razão da presente assembleia ordinária e, de seguida, deu a palavra ao público para este se pronunciar sobre assuntos do interesse da União de Freguesias.

Solicitou a palavra o sr. António Botas, residente em São Brás, que lembrou a necessidade do Ribeiro que atravessa aquela povoação ser limpo da vegetação antes que surjam problemas, nomeadamente enxurradas que alaguem as casas da aldeia. De seguida solicitou a palavra a sra. Felisbela Dores que se referiu aos problemas ambientais, nomeadamente de “mau cheiro” provocados pelos dejetos provenientes da vacaria existente junto à povoação.

Não tendo sido colocadas outras questões pelos presentes, foi dada a palavra ao Presidente do executivo, sr. Joaquim Pimpão, para que este se pronunciasse sobre aqueles assuntos. O Presidente do Executivo começou por agradecer a presença de todos. Relativamente à situação do Ribeiro, informou que a Junta já fizera alguma limpeza mas que, sendo um problema do município, se aproveitou uma visita do respetivo vereador para mais uma vez alertar para a situação. Do mesmo modo houve uma reunião no local com a presença do Eng. Pedro Vieira e um responsável da proteção civil, onde se discutiu a possibilidade de uma solução mais duradoura para um problema há muito identificado e que se coloca sempre que chove muito. Relativamente à questão da “vacaria”, recordou que apesar das queixas apresentadas pela Junta junto das entidades competentes, estas acabaram por não tomar qualquer medida, uma vez que a exploração da “vacaria” está legalizada. Assim sendo a única solução passará pela sensibilização do respetivo proprietário, para que este adote medidas que limitem os impactos negativos da sua exploração sobre a população de São Brás. Em caso mais grave, referiu que a população poderia contactar a Brigada do Ambiente da própria GNR.

Não havendo outras questões levantadas pelo “público” presente, o Presidente da Assembleia, antes do início do tratamento dos assuntos previstos na respetiva Ordem de Trabalhos, solicitou à Assembleia, por proposta do executivo, uma alteração à referida Ordem de Trabalhos,

nomeadamente pela inclusão de um ponto nº4, “Alterações ao regulamento de apoio ao estudo”. A proposta foi aprovada por unanimidade. Antes ainda do início da discussão dos temas da Ordem de Trabalhos, e por proposta do Presidente da Assembleia, foi lida e aprovada por unanimidade uma moção sobre a situação do Cromeleque dos Almendres, cujo texto ficará anexo à presente ata.

Não havendo novos pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Presidente do executivo, para que se desse cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:

Primeiro ponto: Informação do Presidente da União de Freguesias:

Fica anexa à presente ata, o documento lido pelo Sr. Presidente do executivo e do qual consta toda a informação pertinente sobre a atividade da União de Freguesias entre Setembro e Dezembro de 2018. Foi dado especial destaque à resolução do problema do eco-ponto e à limpeza das bermas das estradas. Sobre o conteúdo do mesmo nenhum dos membros da Assembleia se pronunciou.

Segundo ponto: Grandes opções do Plano PPI, Plano de Actividades e Mapa de Pessoal para 2019.

O presidente do executivo, com o apoio da Tesoureira, sra Isolinda Bailote apresentou os documentos que haviam sido distribuídos juntamente com a convocatória da Assembleia. A tesoureira destacou em especial o facto das actividades estarem muito condicionadas às receitas que provêm apenas do orçamento e do protocolo com a Câmara Municipal, de delegação de competências. Submetidos à votação foram estes documentos aprovados por unanimidade.

Terceiro ponto: Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordo de Execução de Delegação de Competências.

O Presidente explicou o conteúdo dos contratos em causa e que também haviam sido previamente distribuídos aos membros da Assembleia. Não havendo questões sobre os mesmos foram submetidos à votação e aprovados por unanimidade.

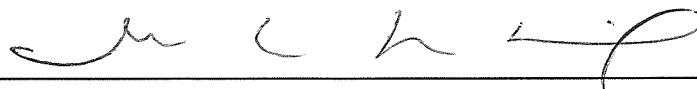
Quarto ponto: alterações ao Regulamento de Apoio ao Estudo

O presidente justificou a necessidade das alterações, face ao comportamento menos adequado de alguns encarregados de educação, havendo pois necessidade de uma maior responsabilização da parte tanto dos pais como dos alunos, no sentido de um melhor aproveitamento dos recursos que a Junta canaliza para este programa de apoio ao estudo. Lido o novo articulado do Regulamento e submetido a votação as propostas de alterações foram aprovadas por unanimidade.

Já depois de concluído o tratamento dos pontos incluídos na Ordem de Trabalhos, um membro do público presente, o sr. Duarte Manoel, que entretanto chegara já depois de iniciados os trabalhos, solicitou a palavra para se referir algumas questões pendentes relativamente a São Brás, nomeadamente, sobre a necessidade de reforço do serviço de INTERNET, e a possibilidade de instalação de um “contentor” para o lixo e uma “caixa de correio”, na Estrada Nacional, junto ao Monte do Tojal.

Já depois do encerramento dos trabalhos da Assembleia e aproveitando a presença do público bem como dos membros do executivo e da Assembleia de Freguesia, o sr. Victor Aguda, promotor do investimento turístico em curso na aldeia de São Brás, com o apoio do respetivo arquitecto, Rui Barral, apresentou o projecto das moradias que irão ser usadas no realojamento de alguns moradores.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia deu por findo os trabalhos tendo sido lavrada a presente ata que, após aprovação da Assembleia, será assinada pelos membros da respetiva mesa.



António Carlos Sousa da Silva



Liliana Gadunhas

Nelson Bailote

Moção

Tendo tomado conhecimento do anúncio feito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora na sessão comemorativa do 32º aniversário da classificação do Centro Histórico de Évora como Património da Humanidade, de que ***estará para muito breve o estabelecimento de um acordo com os proprietários da Herdade dos Almendres, que permitirá a gestão municipal do monumento nacional “Cromeleque dos Almendres”***, a Assembleia da União de Freguesias de Nª Sª da Tourega e Nª Sª de Guadalupe, na sua reunião ordinária de 13 de Dezembro de 2018 aprovou a seguinte moção que deverá ser levada ao conhecimento da Câmara e da Direção Regional de Cultura do Alentejo:

1. A Assembleia de Freguesia da Tourega e Guadalupe, congratula-se com a anunciada resolução de um problema para o qual tem vindo a alertar há vários anos, esperando que cheguem a bom termo e de forma rápida os contactos ainda em curso ente a Câmara Municipal e os detentores dos terrenos onde se situa este importante Monumento Nacional.

2. Considerando que a simples transferência para a órbita municipal não resolverá os graves problemas de salvaguarda e gestão das visitas há muito identificados e denunciados, esta Assembleia recomenda:
 - que sejam iniciados tão breve quanto possível pelos serviços municipais, as diligências com vista à elaboração e aplicação de um **plano de gestão e salvaguarda**, visando a melhoria das condições de proteção, de acesso e de visita ao monumento;

 - que se garantam os legítimos anseios e interesses da população local, nomeadamente através da participação neste processo dos seus mais directos representantes;

3. Por último, a Assembleia de Freguesia não pode mais uma vez deixar de chamar a atenção, em especial da **Direção Regional de Cultura**, para outros graves problemas patrimoniais existentes no seu território, com destaque para a situação de eminente colapso da **Anta Grande do Zambujeiro**, considerada justamente como a “Catedral do Megalitismo Nacional”.

Aldeia de São Brás do Regedouro, 13 de dezembro de 2018

(aprovada por unanimidade)

